



E/ECA/CM/48/6  
AU/STC/FMEPI/MIN/Res/6(I)

Distr.: Geral  
31 de Março de 2015  
Original: Inglês

**Comissão Económica para África**  
**Conferência dos Ministros Africanos, Planificação e Desenvolvimento Económico**  
Quadragésima Oitava Sessão

**União Africana**  
**Comité Técnico Especializado sobre Finanças, Questões Monetárias, Planificação Económica e Integração\***  
Primeira Sessão

**Oitava Reunião Anual Conjunta do Comité Técnico Especializado da União Africana sobre Finanças, Questões Monetárias, Planificação Económica e Integração e da Conferência da Comissão Económica para África dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico**  
Adis Abeba, 30 e 31 de Março de 2015

### **Declaração Ministerial**

Nos, os Ministros Africanos das Finanças, Planificação, Desenvolvimento Económico e Integração, reunidos em Adis Abeba, a 30 e 31 de Março de 2015 para a Oitava Reunião Anual Conjunta do Comité Técnico Especializado sobre Finanças, Questões Monetárias, Planificação Económica e Integração e da Conferência da Comissão Económica para África dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico;

Saudando a presença do Primeiro-ministro da Etiópia, Sr. Hailemariam Dessalegn, do Presidente do Ruanda, Sr. Paul Kagame, de antigos Chefes de Estado e de Governo, dos Governadores dos nossos bancos centrais nacionais e regionais e de outros dignitários e convidados de alto nível;

Tendo deliberado sobre o tema “Implementação da Agenda 2063: Planificação, Mobilização e Financiamento para o Desenvolvimento” e tendo saudado o facto da Agenda 2063 ser resultado de processos de consulta e que ajudará as economias africanas a ultrapassar as suas contínuas vulnerabilidades, incluindo a dependência da extracção e exportação de matérias-primas;

Por conseguinte, declaramos:

1. A Agenda 2063, a visão de longo prazo para o continente, incorpora as esperanças, aspirações e expectativas dos africanos para uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na

\* O Comité Técnico Especializado substitui a Conferência dos Ministros Africanos da Economia e Finanças (CAMEF) e a Conferência dos Ministros Africanos da Integração (COMAI). O Comité Técnico Especializado reúne os Ministros das Finanças, Questões Monetárias, Planificação Económica e Integração.

arena global; A Agenda 2063 deve servir como a visão para a transformação estrutural do continente;

2. A base para a Agenda 2063 encontra-se nas condições actuais. Notamos que o crescimento económico em África aumentou de 3,7 por cento em 2013 para 3,9 por cento em 2014, o que é relativamente bom, em termos globais, embora ainda muito abaixo do crescimento de dois dígitos necessários para a transformação estrutural. Embora as perspectivas económicas de médio prazo para o continente continuem a ser favoráveis, existem riscos que poderiam afectar de forma adversa as suas perspectivas de crescimento, tais como a queda no preço do petróleo e outros produtos de base, a lenta recuperação económica nos países desenvolvidos, as políticas monetárias globais mais rígidas, os choques climáticos e a instabilidade política em alguns dos nossos países;

3. Embora os nossos países tenham feito esforços significativos para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, há ainda muito a ser feito para alcançar o desenvolvimento inclusivo e equitativo em África. Continuamos comprometidos com o combate à pobreza e desigualdade, proporcionando emprego produtivo e decente para a juventude africana, capacitando as nossas mulheres e priorizando o bem-estar da criança africana de modo a garantir uma geração sólida e vibrante em 2063. Estes objectivos nobres exigem-nos implementar políticas para estimular as actividades produtivas aos homens e mulheres, de modo a permitir que África colha os benefícios do seu dividendo demográfico, incluindo o aumento dos investimentos nas áreas da educação e saúde. Comprometemo-nos igualmente a priorizar os investimentos no bem-estar da juventude, através do acesso ao ensino de alta qualidade. Portanto, reiteramos o nosso apoio pleno para uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, que deve ter em conta os objectivos fundamentais estabelecidos na posição comum africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e Agenda 2063;

4. As bases frágeis dos serviços sociais em vários de nossos países foram reveladas durante o surto do Vírus do Ébola, que teve um impacto devastador sobre a Guiné, Libéria e Sierra Leone. Notamos com apreço o apoio material e financeiro prestado aos países por outros países africanos e pelo sector privado africano. Renovamos o nosso apoio inequívoco aos Governos e povos dos três países e acolhemos com agrado as promessas feitas até agora pela Comunidade Internacional para apoiá-los. Apelamos para que sejam tomadas medidas imediatas para restaurar o crescimento e permitir a recuperação nesses países, incluindo o cancelamento da dívida;

5. O sucesso da implementação da Agenda 2063 dependerá, em grande medida, das ligações fortes entre a planificação, mobilização e financiamento dos processos de transformação estrutural. Saudamos a intenção de dividir a Agenda 2063 em planos de desenvolvimento de dez anos separados para facilitar a sua implementação. Estamos cientes que os países africanos tiveram diferentes experiências com a planificação do desenvolvimento, mas que os sucessos de outras regiões mostram que os planos de desenvolvimento inclusivos, bem articuladas e com bons recursos desempenham um papel fundamental no estímulo da transformação estrutural. Portanto, comprometemo-nos a melhorar os processos de planificação nos nossos países, através do reforço das capacidades institucionais e humanas a vários níveis;

6. As informações e dados estatísticos de alta qualidade são essenciais para a boa planificação e medição dos resultados do desenvolvimento. África deve gerar os seus próprios dados para que possa melhor monitorizar e acompanhar as metas económicas e sociais, incluindo as metas e objectivos da Agenda 2063. A revolução de dados em África iria dar ao nosso continente a oportunidade de interagir com diversas comunidades de dados e de adoptar um ampla gama de fontes de dados, ferramentas e tecnologias inovadoras, que permitam ao continente produzir dados desagregados, incluindo dados desagregados por género, para a tomada de decisão, prestação de serviços e envolvimento dos cidadãos. Uma revolução de dados africanos deve ter como base o princípio de abertura em toda a cadeia de valor de dados e um ecossistema vibrante de dados orientados para as prioridades nacionais e sistemas estatísticos nacionais inclusivos. Nesse sentido, sublinhamos a importância de reforçar as instituições de estatísticas pan-africanas existentes, bem como outras instituições semelhantes acordadas pelos Chefes de Estado e de Governo para apoiar a implementação do Plano dos Primeiros Dez Anos da Agenda 2063;

7. É importante harmonizar os planos nacionais, sub-regionais e continentais de desenvolvimento no contexto da Agenda 2063. Tomamos nota das similaridades existentes entre certos planos nacionais e a Agenda 2063. Será igualmente importante alavancar os quadros continentais articulados no âmbito do programa da Agência de Planificação e Coordenação da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, tal como o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África, o plano de acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado em África, a Visão Africana de Mineração, a iniciativa de Promoção do Comércio Intra-Africano, o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África e o Quadro de Política Social para África. A implementação coordenada desses quadros será fundamental para o alcance dos objectivos de transformação estrutural de África;

8. Os povos africanos devem ser mobilizados em apoio à Agenda 2063, uma vez que a sua participação é essencial para o sucesso da implementação. Isso exige a criação de ligações políticas de apoio à transformação estrutural, com os sectores público e privado, parlamentares, organizações da sociedade civil, a comunicação social, o sector académico, entre outros, todos a assumir a propriedade do processo. Exortamos igualmente os nossos países e instituições pan-africanas a divulgar a Agenda 2063, especialmente entre a juventude africana, através de estratégias de advocacia, educação e comunicação, e a proporcionar habilidades adequadas para servir como base para a transformação estrutural;

9. O financiamento adequado e previsível é indispensável para o sucesso da implementação dos planos e estratégias de desenvolvimento. Embora a ajuda pública para o desenvolvimento tenha sido útil, é uma plataforma frágil na qual basear a agenda de transformação estrutural. A Agenda 2063 deve ter como base a mobilização de recursos internos, por meio de políticas fiscais eficazes, mobilização de poupanças, bem como a utilização de outros mecanismos de financiamento, tais como os fundos de pensão, fundos soberanos, títulos da diáspora e remessas. Instamos os bancos centrais africanos e as instituições pan-africanas a aumentar o seu apoio aos esforços para impulsionar a transformação e financiamento socioeconómico do continente;

10. Estamos satisfeitos pelo facto do relatório final do Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos provenientes de África, cuja criação defendemos, foi objecto de uma declaração especial da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana. Além de reduzir os recursos disponíveis para o desenvolvimento no continente, os fluxos financeiros ilícitos têm um impacto negativo sobre a governação e prejudicam os esforços para agregação de valor aos recursos naturais de África antes de serem exportados. Apoiamos as recomendações constantes do relatório e apelamos à Comunidade Internacional a complementar os esforços de África para acompanhar, conter e repatriar os fluxos financeiros ilícitos;

11. O financiamento é igualmente vital para a implementação de acordos globais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, tais como a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e os objectivos de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, aprovamos o projecto de documento intitulado “Financiamento para o Desenvolvimento: Perspectivas de África” como um documento de trabalho, tendo em conta as contribuições das consultas regionais realizadas em preparação para a Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que será realizada em Adis Abeba, em Julho de 2015. Instamos África a continuar a *falar à uma só voz* durante o processo da Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Instamos ainda os negociadores africanos a fazer o seu melhor para garantir que os interesses e preocupações de África sejam reflectidos no documento final, incluindo nas áreas de mobilização de recursos internos, recursos internacionais para o desenvolvimento, cooperação financeira internacional e técnica, dívida externa, sistema monetário e de comércio internacional e comércio internacional, inovação tecnológica e capacitação, bem como mecanismos fortes de acompanhamento;

12. Reconhecemos que, para além da planificação, mobilização e financiamento, outras importantes questões irão afectar a implementação da Agenda 2063. Os países africanos deverão articular quadros macroeconómicos fiáveis que possam sustentar o processo de planificação. As iniciativas de desenvolvimento de infra-estruturas, incluindo nos sectores da energia, transportes, telecomunicações e água, podem ajudar a aumentar a capacidade de produção, reduzir custos de transacção e promover a transformação estrutural. Identificamo-nos com os projectos de infra-estruturas prioritárias contidos na Agenda 2063, bem como aqueles supervisionados directamente pela Iniciativa Presidencial de Liderança de Infra-estruturas. Apelamos que sejam elaboradas políticas para a harmonização de legislações, normas e regulamentos, a nível nacional, sub-regional e continental;

13. Continuamos cientes do importante papel da industrialização no processo de transformação estrutural. É importante incrementar os esforços em curso levados a cabo pelos países africanos, tais como a melhoria do ambiente político para a promoção do investimento na indústria transformadora, a tomada de medidas para o aumento do processamento interno de mercadorias e matérias-primas, a promoção das ligações a montante e a jusante, a promoção das cadeias de valor nacionais e regionais e a melhoria da competitividade das economias nacionais. Porém, esses esforços devem ser complementados por acções para o reforço ainda mais do papel e utilização da ciência, tecnologia e inovação, bem como a mobilização de Ajuda para o Comércio a nível internacional. Reconhecemos igualmente o papel fundamental do sector privado na industrialização e exortamos os países africanos a garantir que as preocupações dos empresários nacionais sejam integradas nas políticas de industrialização e de comércio;

14. Reconhecemos que a exportação de produtos primários tem contribuído para o crescimento em África. No entanto, estamos igualmente cientes que a contínua dependência do continente das exportações de matérias-primas aprofunda a fragilidade das suas economias. Somos da opinião que África pode mudar essa trajetória através de um processo de industrialização com base nas mercadorias que faça uso sistémico da integração regional, especialmente do comércio intra-africano. Particularmente importante nesse contexto são as cadeias de valor regionais, melhor negociação dos acordos comerciais internacionais e financiamento ao comércio. Acreditamos que África deve investir mais recursos na produção de bens de maior valor acrescentado, que sejam globalmente mais competitivos e capazes igualmente de impulsionar os volumes do comércio intra-africano;

15. Somos testemunhas de uma crescente segmentação e descentralização dos processos globais de produção. O aumento do custo da mão-de-obra na Ásia e as melhorias no ambiente de negócios nos países africanos são factores que tornam África atraente para a deslocalização das actividades de produção. África deve desenvolver políticas de industrialização e comerciais que aproveitem essas tendências, e devemos permitir que os nossos países utilizem as cadeias de valor globais e regionais em evolução como parte de uma entrada estratégica para o desenvolvimento industrial e actualização tecnológica. Nesse sentido, reafirmamos haver uma ligação estratégica entre a industrialização e o comércio, e que, sob condições adequadas, podem reforçar-se mutuamente e colocar África no caminho para a transformação estrutural. Bem utilizadas, essa ligação pode ajudar a resolver o paradoxo da elevada taxa de desemprego e de pobreza extrema que coexiste com o crescimento robusto;

16. Reconhecemos a necessidade do sequenciamento adequado da política comercial, a nível bilateral, regional e multilateral, em conformidade com as necessidades da política industrial e objectivos de desenvolvimento. Instamos os países africanos que, ao negociarem acordos de comércio e investimento, avaliem o seu impacto sobre a industrialização e transformação económica. Considerando que a integração regional é a prioridade de África, devemos, por conseguinte, colocar ênfase nos planos e políticas que promovam esse objectivo. Reconhecemos o imperativo de acelerar a criação da Zona de Comércio Livre Continental, considerando o seu potencial impacto sobre o desenvolvimento industrial;

17. Estamos cientes do potencial da Zona de Comércio Livre Continental de revelar um mercado alargado que facilita as economias de escala e promove a harmonização e coordenação de instrumentos comerciais. A Zona de Comércio Livre Continental irá igualmente ajudar a resolver o desafio de associações múltiplas e sobrepostas nas Comunidades Económicas Regionais e melhorar as infra-estruturas e interconectividade regional. Nesse sentido, concordamos em apoiar as negociações para uma Zona de Comércio Livre Continental, que abrangerá o comércio de bens e serviços. Instamos a Comissão da União Africana, Banco Africano de Desenvolvimento e Comissão Económica para África a acelerar a elaboração do Índice de Integração Regional de África previsto, uma vez que pode ser utilizado como uma ferramenta para auxiliar nas negociações da Zona de Comércio Livre Continental;

18. Estamos cientes que África é a região do mundo mais afectada pelas emissões de gases com efeito de estufa, embora gere a menor das referidas emissões e tem a capacidade mais fraco de se adaptar aos seus efeitos. África deve adoptar uma posição progressiva e ambiciosa nas negociações sobre as alterações climáticas em Paris, em 2015, de modo a assegurar um acordo vinculativo. Insistimos que um acordo em Paris cumpre com as recomendações contidas no quinto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas e aborda os principais pilares do Quadro de Cooperação Regional do processo de Bali, com base no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Exortamos para a adopção de políticas, planificação e práticas assentes na ciência e com base em evidências, de modo a tornar o desenvolvimento africano sustentável, mais resistentes e menos vulneráveis aos impactos negativos da variabilidade e alterações climáticas. As vias de desenvolvimento de economia ecológica (economia verde) ou economia azul, com baixo teor de carbono e resistentes às questões climáticas, podem igualmente desbloquear novas oportunidades económicas;

19. Reconhecemos a importância das parcerias para apoiar a implementação da visão de desenvolvimento de África. Estamos igualmente cientes da necessidade de África celebrar novas formas de parcerias que sejam assentes numa maior igualdade e no respeito mútuo e que sejam verdadeiramente benéficas para o continente, especialmente para a sua agenda transformadora. Nesse sentido, incentivamos os nossos países a explorar a cooperação Sul-Sul e triangular, a fim de aproveitar as oportunidades oferecidas pelas potências económicas emergentes. No entanto, exortamos os nossos parceiros tradicionais a continuar a apoiar os nossos esforços de desenvolvimento;

20. Aprovamos o Programa de Acção de Viena para os Países em Desenvolvimento sem Litoral para a Década 2014-2024 e apelamos para a sua implementação plena e eficaz. Nesse contexto, instamos os países africanos sem litoral a integrar o Programa de Acção de Viena nas suas estratégias nacionais e sectoriais de desenvolvimento, de modo a garantir a sua implementação efectiva. Solicitamos igualmente à Comissão Económica para África, Comissão da União Africana, Banco Africano de Desenvolvimento, Comunidades Económicas Regionais e todas as outras organizações regionais e sub-regionais a prestar o apoio necessário para os países africanos sem litoral através dos seus respectivos programas de trabalho e de acordo com os respectivos mandatos;

21. Notamos que os progressos realizados pelos países africanos menos desenvolvidos para a consecução dos objectivos e metas do Programa de Acção de Istambul para os Países Menos Desenvolvidos para a Década de 2011-2020 (Programa de Acção de Istambul) tem sido desigual, e apelamos aos parceiros de desenvolvimento a prestar maior ajuda pública para o desenvolvimento e preferencial para os países menos desenvolvidos de África. Reiteramos a necessidade de institucionalizar a avaliação da implementação do Programa de Acção de Istambul e a garantir que os países menos desenvolvidos de África sejam representados de forma adequada na avaliação. Saudamos a oferta do Governo da Itália de acolher uma reunião ministerial sobre transformação estrutural e graduação para os países africanos menos desenvolvidos em Junho de 2015. Solicitamos à Comissão Económica para África, em colaboração com o Escritório do Alto Representante das Nações Unidas para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e outros parceiros, a organizarem uma reunião regional africana, em preparação para a reunião ministerial proposta na Itália;

22. Saudamos o reforço contínuo do Mecanismo de Coordenação Regional para África, para garantir a coerência no âmbito da parceria entre as Nações Unidas e a União Africana. Agradecemos, portanto, a decisão de convocar uma sessão do Mecanismo de Coordenação Regional para África durante a nossa reunião. Notamos que o Programa Decenal de Capacitação das Nações Unidas para a União Africana irá expirar em 2016, e saudamos a iniciativa tomada pela Organização das Nações Unidas e pela Comissão da União Africana de formular um novo quadro como sucessor do Programa Decenal de Capacitação, para uma parceria renovada da parceria renovada entre as Nações Unidas – União Africana sobre a integração de África e a Agenda de Desenvolvimento;

23. Agradecemos ao Governo e povo da Etiópia pela sua continua hospitalidade prestada à Comissão da União Africana e à Comissão Económica para África e pela cortesia a nós proporcionada para garantir o sucesso das nossas reuniões.